

Arqueologia em grandes empreendimentos: a importância e o desafio de manter um controle de qualidade científica¹

Solange Bezerra Caldarelli²

RESUMO: A situação aqui exposta refere-se à maneira específica como a Scientia está estruturada e atua hoje em dia, atuação esta que resultou inicialmente das experiências e reflexões minhas, enquanto consultora autônoma, entre os anos de 1985 a 1989, data em que a Scientia foi fundada, e, a partir daí, das pesquisas realizadas dentro de uma perspectiva empresarial.

PALAVRAS-CHAVE: *Arqueologia de contrato - Scientia – Legislação*

ABSTRACT: The situation outlined here refers to the specific way the Scientia is structured and operates today, this action which resulted initially from my experiences and reflections as an independent consultant, between the years 1985 to 1989, when the Scientia was founded, and from there, the researches conducted in a business perspective

KEY-WORDS: *Consultive archaeology - Scientia – Legislation*

Introdução

Para o desafio de apresentar o trabalho solicitado pela comissão organizadora do simpósio, a respeito da pesquisa arqueológica que se realiza no âmbito de grandes empreendimentos, optamos por discutir o tema a partir da importância e do desafio de manter um controle de qualidade científica na execução dos projetos executados pela Scientia Consultoria Científica.

¹ Trabalho apresentado no VI Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Porto Alegre, 20 a 23/10/2008.

² Scientia Consultoria Científica, Brasil; diretora e coordenadora de projetos de arqueologia.

A situação aqui exposta refere-se à maneira específica como a Scientia está estruturada e atua hoje em dia, atuação esta que resultou inicialmente das experiências e reflexões minhas, enquanto consultora autônoma, entre os anos de 1985 a 1989, data em que a Scientia foi fundada, e, a partir daí, das pesquisas realizadas dentro de uma perspectiva empresarial.

O texto (e a apresentação dele resultante) partiu de um paralelo com o caso de Ontário, Canadá, por sua semelhança com a situação da arqueologia consultiva de ponta que se faz hoje no Brasil.

Segundo Shanks (2005, p. 219), os arqueólogos profissionais que trabalham com interesses públicos, aplicando a legislação que trata de preservação, descobertas arqueológicas e de projetos de engenharia que colocam remanescentes do passado em risco, estão trabalhando com arqueologia pública. Como a Arqueologia Pública, assim como a Gestão de Recursos Culturais, envolve uma gama grande de profissionais, trabalhando em museus, academias, órgãos governamentais, ongs, empresas especializadas e como autônomos, optamos, aqui, por tratar especificamente destes últimos profissionais, que atuam *full-time* em consultoria arqueológica.

Paralelos com o caso de Ontário, Canadá

Segundo Ferris (2002), a prática da arqueologia em Ontário mudou drasticamente durante o último quartel do século XX, e este ritmo continua até hoje. A maior parte da mudança foi o reconhecimento de uma responsabilidade legal com a conservação arqueológica na maioria dos processos de uso da terra, que ao mesmo tempo levou a um crescimento explosivo da indústria de consultoria arqueológica na província. Os resultados têm sido vertiginosos, com cada ano marcado por milhares de dólares gastos em arqueologia de contrato por parte dos proponentes, tanto públicos como privados, e centenas de sítios arqueológicos

descobertos e escavados. Esta é uma situação que encontra paralelo no Brasil, onde a situação é praticamente a mesma.

Menciona o autor (FERRIS, 2002) que a opção do governo foi a de não tomar diretamente para si a gestão dos recursos culturais (fugindo ao ônus sobre os gastos públicos), mas dando todas as diretrizes legais, no que concerne à proteção dos bens arqueológicos, aos proponentes de projetos desenvolvimentistas, tanto os empreendedores estatais quanto os privados, para contratar consultores de arqueologia. Isto fatalmente levou a um aumento dos profissionais trabalhando com consultoria arqueológica. Esta é outra situação em que o paralelo com o Brasil é gritante.

Outro fato, mencionado pelo autor, com paralelo evidente com a situação nacional, foi o de que o longo período de crescimento econômico que Ontário experimentou também levou a um concomitante aumento de consultores de arqueologia, o que mudou a face da arqueologia consultiva. Inicialmente, a atividade era feita pelos arqueólogos empregados na academia ou por arqueólogos aguardando entrar na academia. Depois, com o crescente número de arqueólogos formados nas universidades, a viabilidade econômica e prática de uma carreira em consultoria cresceu exponencialmente. Em consequência, a carreira de arqueólogo em consultoria cresceu rapidamente e, hoje, acaba sendo o único emprego viável para os arqueólogos que se formam nas universidades.

Segundo King (2002), a Gestão de Recursos Culturais, sob suas diversas denominações e aspectos, é feita porque há leis que exigem que ela seja feita. As leis é que fundamentam a maneira como a Gestão de Recursos Culturais é praticada. No caso brasileiro, a situação é exatamente a mesma.

No Brasil, a normatização da pesquisa arqueológica por consultoria privada, e não apenas por pesquisadores institucionalizados, tem dois marcos conceituais e cronológicos importantes:

1) a Portaria SPHAN 07/1988, que, regulamentando os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisa e escavações arqueológicas, rompeu com os feudos arqueológicos do País, ao estabelecer que as permissões e autorizações seriam dadas por períodos de no máximo dois anos, ao final dos quais deveriam ser reavaliadas, para eventuais renovações.

2) a Portaria IPHAN 230/2002, que definiu os procedimentos mínimos a serem observados para compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais dos empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico com os estudos preventivos de arqueologia.

Sempre usando as informações de Ferris (2002), temos que, atualmente, apenas em Ontário, há cerca de 50 empresas de consultoria arqueológica. A maioria tem equipes de 1 a 5 arqueólogos, mas as cinco maiores empresas empregam perto de 50 arqueólogos. De uma maneira ou de outra, a arqueologia consultiva emprega cerca de 100 profissionais em tempo integral e entre 100 a 150 estudantes e técnicos de campo de laboratório, temporariamente.

Não temos informações sobre o número de empresas atuando hoje em arqueologia consultiva no País, mas certamente este número cresceu exponencialmente desde que publicamos um artigo sobre a arqueologia de contrato no Brasil (CALDARELLI e SANTOS, 2000). É possível dizer, sem muito medo de errar, que as empresas privadas que fazem pesquisa arqueológica no Brasil ao menos quintuplicaram nos últimos dez anos.

A situação, portanto, embora ainda seja bem mais modesta que no Canadá, onde apenas Ontário conta com 50 empresas de

consultoria arqueológica, demonstra a força da arqueologia por contrato.

O crescimento geométrico da arqueologia consultiva em contraste com o crescimento aritmético da arqueologia acadêmica já era patente nos Estados Unidos da América no final da década de 80 do século XX (STARK, 1992).

Hoje, segundo King (2005, p. 93), as empresas de consultoria norte-americanas fazem o grosso da pesquisa arqueológica voltada à gestão de recursos culturais. Para isso, precisam apresentar documento onde consta o tipo de solicitação feita a elas pelas empresas que demandam seus serviços (por exemplo, avaliar os impactos de um oleoduto planejado para uma determinada região). No mesmo trabalho citado, o autor fornece interessantes exemplos das questões que os arqueólogos que trabalham com arqueologia consultiva são chamados a enfrentar (KING, 2005, p. 92-96).

Esta situação se observa mundo afora. Apenas para citar um exemplo europeu, em Portugal, segundo o arqueólogo Miguel Lago, 90 % da arqueologia praticada no País é feita por empresas de arqueologia. O mesmo arqueólogo comenta que, em decorrência de uma fortíssima profissionalização da arqueologia nos últimos dez anos, a atividade arqueológica, que era eminentemente praticada por universidades e organismos da administração pública, tornou-se eminentemente empresarial. Estima ele que, em Portugal, existam cerca de 50 e 60 empresas de dimensões e enquadramentos diferentes, empregando uma média entre 15 e 20 pessoas. No entanto, com elas coexistem empresas de apenas uma ou duas pessoas (<http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=167982>). Em virtude dessa mudança no cenário da pesquisa arqueológica portuguesa, foi programado, para novembro de 2008, o Primeiro Congresso de Arqueologia Empresarial de Portugal, com o apoio da Fundação

Calouste Gulbenkian, com o objetivo de reunir os profissionais *“para procurar caminhos, rumos, definir estratégias e avaliar procedimentos”*.

Uma situação que destoa, no entanto, entre os casos acima mencionados e a realidade brasileira, é o fato de que, no Brasil, somam-se, às empresas privadas, universidades e museus onde a pesquisa arqueológica é, com raras exceções, desenvolvida quase que apenas por contrato de prestação de serviços. Dentre estas, destacam-se as da região Sul, como a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, no Rio Grande do Sul (que atua numa escala nacional), e a Universidade do Sul de Santa Catarina-UNISUL, em Santa Catarina (que atua numa escala regional). A Universidade Federal do Paraná é um caso à parte, pois executava projetos de levantamento e salvamento arqueológico desde muito antes da atual legislação ambiental. Na região centro-oeste, destacam-se as universidades de Goiás, tanto a Federal (UFGO) quanto a Católica (UCG) e, na região norte, o Museu Paraense Emílio Goeldi, no Pará, que também atua em escala regional. Essas instituições aparecem rotineiramente como executoras de pesquisas arqueológicas aplicadas em portarias publicadas pelo IPHAN no Diário Oficial da União.

Não que inexistam universidades que executem consultoria arqueológica em outros países, mas costumam ser casos raros. Um exemplo, nos Estados Unidos, é a Universidade do Arizona, que presta serviços de arqueologia consultiva em grande escala, com reconhecido grau de qualidade. Mas o quase que total abandono da pesquisa básica em prol da pesquisa aplicada, por universidades, parece ser uma característica bem própria do Brasil.

Outro paralelo possível com a situação exposta por Ferris (2002) em Ontário é o que concerne às conseqüências do crescimento da arqueologia consultiva. Um fenômeno decorrente do crescimento da arqueologia consultiva, citado pelo autor, foi a quantidade de sítios que não eram tradicionalmente pesquisados

pela arqueologia acadêmica: sítios líticos de filiação cultural desconhecida; descobertas isoladas; sítios domésticos do século XIX; sítios de períodos pouco pesquisados (em especial do Arcaico), etc. Esses achados levaram a reflexões importantes sobre períodos não estudados anteriormente e a revisões substanciais de interpretações sobre outros períodos, confirmaram o potencial científico de sítios não prestigiados anteriormente, etc. O mesmo pode ser dito da arqueologia consultiva no Brasil: muitos sítios não estudados tradicionalmente pela arqueologia institucionalizada foram registrados e pesquisados, em especial sítios líticos do holoceno médio e sítios históricos.

Segundo o autor (FERRIS, 2002), o crescimento maciço de dados sobre a o registro arqueológico não estudado anteriormente está trazendo significativas contribuições à compreensão da história cultural de Ontário, além de permitir uma avaliação de todos os aspectos de seu patrimônio arqueológico. No que concerne o Brasil, uma breve análise dos sítios cadastrados no IPHAN (www.iphan.gov.br) permite verificar a diversidade de bens constituintes do patrimônio arqueológico nacional que passou a fazer parte do registro arqueológico brasileiro. As contribuições científicas desses estudos, que durante muito tempo foram pífias e severamente criticadas pela arqueologia acadêmica, de uns anos para cá foram-se avolumando, em quantidade e qualidade, conforme pode ser observado pelas dissertações de Mestrado, teses de Doutorado, apresentações em congressos e, embora ainda timidamente, nas publicações em periódicos especializados. E a tendência é que elas cresçam, tendo em vista o grande número de arqueólogos no Brasil engajados em projetos de arqueologia consultiva, conforme se observa nas portarias de pesquisa publicadas pelo IPHAN no DOU.

Problemas advindos do rápido crescimento da arqueologia consultiva

Retomamos, aqui, o paralelo com Ontário. Citamos, novamente, Ferris (2002), ao mencionar que, como não houve uma preparação prévia para as alterações bruscas advindas do crescimento rápido da arqueologia consultiva, os arqueólogos não estavam preparados para lidar com os problemas associados a essas mudanças, dentre os quais o autor questiona dois, de grande relevância para a pesquisa arqueológica:

✓ *A quantidade de dados coletados realmente contribui para o conhecimento arqueológico?*

✓ *A documentação desses sítios realmente compensa as enormes verbas gastas com ela? Ou deveria haver uma reflexão sobre o que é e o que não é relevante?*

Segundo Ferris (2002), às vezes tem-se a impressão de que a disciplina se assemelha a um veículo sem freios, descendo um declive a toda velocidade. A insegurança sobre o objetivo do que se está fazendo não raro leva a uma crise na crença sobre o que se está fazendo, por parte dos próprios arqueólogos e a um questionamento dos contratantes sobre as obrigações legais de pagamento de pesquisas arqueológicas percebidas como irrelevantes. Trata-se de dilemas que também têm afligido os profissionais conscientes em atuação no Brasil, tanto nas esferas privadas quanto públicas (dentre essas, destaca-se o órgão responsável pela proteção do patrimônio arqueológico no País – o IPHAN).

É esse questionamento que traz à baila o problema do **controle de qualidade**, que deve ser implementado e buscado por todos os que se dedicam à arqueologia consultiva no Brasil, estejam eles ligados a empresas especializadas, a instituições de ensino e pesquisa ou à prática autônoma e cobrado de todos pelo órgão

responsável pela preservação do patrimônio arqueológico nacional: o IPHAN.

Gestão de qualidade na prática arqueológica

No documento final do encontro da Canadian Archaeological Association-CAA ocorrido em Victoria, em 1988, para debater o papel da CAA no futuro da arqueologia canadense (<http://www.canadianarchaeology.com/1998plenary/>), reconheceu-se que a arqueologia na América do Norte, no final do século XX, estava passando por grandes mudanças. O grande motor dessas mudanças foi reconhecido como sendo as exigências legais de conservação dos sítios arqueológicos em risco por impactos desenvolvimentistas, as quais levaram a uma explosão da arqueologia consultiva. Dentre as recomendações expostas no documento final do encontro, duas se aplicam de modo absolutamente pertinente ao caso brasileiro, quando a preocupação se centra na qualidade:

✓ a necessidade de uma mudança em educação, em treinamento, em práticas e no reconhecimento das responsabilidades inerentes ao trabalho arqueológico.

✓ a necessidade de integração da arqueologia consultiva com os setores acadêmicos, de modo a avançar a postura profissional, assegurar a capacitação de novos arqueólogos, para um avanço na arqueologia que se faz no País.

Aqui, gostaríamos de ressaltar que a integração com os setores acadêmicos deve incluir não apenas aqueles dedicados à pesquisa arqueológica, mas também aqueles que lidam com questões que a arqueologia consultiva precisa conhecer profundamente, sendo a gestão ambiental uma das mais importantes. Afinal, a arqueologia consultiva está a serviço do

patrimônio arqueológico exatamente nos processos de planejamento e gestão ambiental.

O fato de que, hoje, várias pesquisas desenvolvidas durante projetos de planejamento e gestão ambiental são aproveitadas para titulação acadêmica demonstra que, para atuar produtivamente e de forma consequente nesta área, o arqueólogo precisa conhecer os fundamentos dessas disciplinas, que possuem uma retaguarda legal extensa.

A importância de preparação de profissionais para fazer face ao crescente crescimento da arqueologia consultiva levou a Universidade do Algarve a criar, em Portugal, no ano de 2008, a primeira licenciatura em Arqueologia na qual a Arqueologia Empresarial ganha o status de disciplina, a ser cursada pelos estudantes. Apesar da relevância da arqueologia consultiva no último decênio, em Portugal, não existia oferta de formação nesta área até a iniciativa da Universidade do Algarve. Ao divulgar a iniciativa, a UAlg menciona que, graças aos elevados índices de empregabilidade do ramo empresarial, o graduado do curso de Arqueologia da UAlg encontrará um mercado diversificado de trabalho, não só em organismos centrais e autárquicos, mas também em instituições privadas e, finalmente, como empresário e técnico especialista. Comenta Nuno Bicho:

"O sector da Arqueologia Empresarial é o que tem empregado a maior parte dos licenciados em Portugal, chegando mesmo a absorver profissionais oriundos do mercado espanhol". E completa: "o sector das obras públicas é, naturalmente, o que mais profissionais absorve, na medida em que é muito dinâmico e opera em cenários, muitas vezes, de larga escala, como é o caso da construção de auto-estradas,

aerportos, vias ferroviárias, entre outros³.

Pouco após a realização da palestra no Encontro da SAB Sul, tivemos acesso a uma publicação da Sociedade de Arqueologia Americana, a *The SAA Archaeological Record*, de janeiro/2009, quase que inteiramente dedicada à necessidade de preparar arqueólogos para carreiras em Arqueologia Aplicada⁴. A idéia, defendida pela SAA, é a de criação de um Mestrado em Arqueologia Aplicada, com disciplinas obrigatórias e optativas, todas voltadas à qualificação prática, teórica e metodológica do estudante de arqueologia que compete no novo mercado de trabalho trazido pela Gestão de Recursos Arqueológicos. Um currículo para este Mestrado é proposto por Sarah W. Nesius, da Universidade de Atlanta e discutido por vários outros autores, representando universidades, centros de pesquisa, empresas de consultoria e o National Park Service.

Além de propor um programa de Mestrado em Arqueologia Aplicada, Nesius (2009) ressalta a importância de um projeto de tese para que os estudantes ganhem experiência em arqueologia aplicada. Com a tese, o estudante adquire experiência em desenho, implementação e relato de uma pesquisa arqueológica, o que tem incalculável valor para quem pretende se dedicar à arqueologia consultiva.

³ Disponível em: http://www.universia.pt/servicos_net/informacao/noticia.jsp?noticia=47001 (acesso em setembro/2008).

⁴ Apesar de essa publicação não ter constado na palestra proferida no encontro, uma vez que apareceu depois deste, decidimos, por sua pertinência ao assunto aqui debatido e ao caso brasileiro, mencionar os principais pontos nela discutidos.

Na mesma publicação, queremos destacar alguns dos temas defendidos pelos comentaristas, que nos parecem extremamente adequados à situação brasileira:

✓ Snow (Pennsylvania State University) destaca o extraordinário crescimento da ciência arqueológica e a necessidade de que a academia acomode esse crescimento;

✓ Sandweiss e Delcourt (University of Maine) ressaltam que as necessidades e os requisitos do Mercado serão um fator decisivo na adoção de Mestrados em Arqueologia Aplicada pelas universidades;

✓ Doelle (Center of Desert Archaeology) pondera que, com um título de Mestre em Arqueologia Aplicada obtido em um programa adequado terá efetivas oportunidades de conseguir emprego em arqueologia consultiva;

✓ Gumerman IV e Smiley mencionam que a maior prioridade da Northern Arizona University é profissionalizar seus estudantes;

✓ Resnick, Berkin e Trocki (consultores da GAI Consultants, Inc. e do Natural Resource Group, LLC) ressaltam que, além das habilidades em campo e em comunicação, é importante que um curso de Mestrado em Arqueologia Aplicada incorpore conhecimentos de práticas de negócios;

✓ Childs (National Park Service), em seu comentário, destaca, entre as habilidades de comunicação necessárias para o profissional que trabalha com arqueologia aplicada, a de trabalhar de perto com agentes governamentais e com especialistas de outras disciplinas envolvidas com a Gestão de Recursos Culturais; a capacidade de convencer colegas e empreendedores dos valores públicos da arqueologia e da preservação histórica e a facilidade de reconhecer e negociar aspectos culturais com tribos nativas, descendentes de minorias étnicas e outras partes interessadas nos diversos tipos de projetos.

É importante lembrar, aqui, que, mais de uma década atrás, Darvill (1995) já enfatizava a necessidade de preparar arqueólogos para a gestão, em todas as etapas da educação acadêmica: graduação e pós-graduação.

Todos os aspectos acima ressaltados, assim como os demais trazidos pelos autores deste número especial da *The SAA Archaeological Record*, constituem, sem dúvida, aspectos fundamentais da prática da arqueologia consultiva, que deveria ser pensada também pelas universidades brasileiras, uma vez que sua grande função é habilitar seus estudantes para a prática na profissão de sua escolha. Tais habilitações são fundamentais para uma prática arqueológica que vise a qualidade e é muito difícil encontrar, no mercado, arqueólogos que as reúnam. O que reflete o fato de sua educação em arqueologia não estar adequada ao mercado que hoje congrega a esmagadora maioria das oportunidades profissionais, não só no Brasil, mas no mundo globalizado, onde a questão do patrimônio cultural assume proporções cada vez mais prementes, em vista do tão propalado e reconhecido risco que este está sofrendo em função dos necessários projetos desenvolvimentistas que afetam o solo e as águas, as matrizes por excelência dos bens arqueológicos.

Todas as necessidades acima ressaltadas apontam para a necessidade de emergência de mais profissionais afinados com as necessidades atuais da prática da pesquisa voltada à gestão dos bens arqueológicos, em escalas locais, regionais, nacionais e globais, dentro de uma perspectiva atual de garantia de qualidade.

Afinal, como dizem Willems e Dries (2007), a prática da arqueologia mudou muito nos dias atuais. As raízes dessa mudança residem nos anos 60, quando a problemática ambiental se tornou importante. Logo, foi reconhecido que não apenas os recursos naturais, mas também os culturais estavam em perigo e precisavam

de uma gestão cuidadosa, hoje denominada “sustentável”. Isto se tornou a base do nascimento da gestão de bens culturais, no sentido moderno.

Os arqueólogos mencionam que os autores acima se deram conta de que sua fonte de material estava rapidamente desaparecendo e que apenas uma tênue parcela podia ser registrada através de escavações de salvamento. Sua sobrevivência precisava de uma abordagem diferente, que requeria comunicação com o mundo exterior, influenciando o processo de decisão político e socioeconômico, o que exigia incluí-la no apoio do público em geral.

Embora o escopo das obrigações legais varie de país a país, o impacto do desenvolvimento sobre os bens arqueológicos, de uns anos para cá, tem sido sempre considerado. Este movimento, ao qual o Brasil também aderiu, começou nos Estados Unidos em meados dos anos 70 e na Europa nos 80, levou a um grande aumento da arqueologia inicialmente denominada de “contrato”, hoje mais conhecida como arqueologia consultiva, denominação que passou a ser adotada pelo Banco Mundial desde 2006, nos projetos por ele financiados. Não se trata de uma norma legal, mas de uma política que, em níveis globais, ajuda a fortalecer a maneira como os bens culturais são considerados no desenvolvimento e na implementação de processos de planejamento.

Segundo King (2002), muitas pessoas pensam que a arqueologia consultiva⁵ resume-se àquela feita por dinheiro, em relação com o planejamento e a construção de rodovias e outros empreendimentos desenvolvimentistas, o que é muito ruim, pois ela precisa ser muito mais que isso. Embora, no limite, ela tenha de lidar com *preservação histórica*, ela também é mais que isto. É muito mais, também, segundo ele, do que a avaliação de impactos

⁵ O autor usa o termo “Gestão de Recursos Culturais”, o mais utilizado nos Estados Unidos da América pelos que se dedicam ao que aqui estamos denominando de “arqueologia consultiva”.

sobre os bens culturais. Pergunta, então, o autor: se a Gestão de Recursos Culturais é mais do que tudo isto, o que é ela, afinal? E ele mesmo responde que se trata de um termo amplo para a tentativa de tomar conta daquilo que é importante para as pessoas por razões culturais, incluindo sítios arqueológicos e artefatos, prédios antigos, canções, histórias, modos de dançar, crenças e práticas religiosas, no contexto das normas, políticas, governos e forças econômicas do mundo moderno.

Na introdução à mesma obra, King (2002) diz que, para ele, boa gestão de recursos culturais se refere a pessoas com visões conflitantes sentando e discutindo umas com as outras, procurando soluções em comum acordo.

Este ponto de vista é esposado por Hodder (2003), ao dizer que arqueólogos são intelectuais que usam conhecimento especializado para atuar em áreas sociais e políticas. Para estar aptos a agir, para serem ouvidos como arqueólogos, precisam estar aptos a negociar entre interesses conflitantes, usando-os com sensibilidade para atingir seus próprios objetivos. O processo de engajamento e crítica, segundo este autor, é extremamente difícil e delicado. É preciso que ajustemos nossas visões com as de nossos interlocutores, as quais não raramente são conflitantes. Certamente, os arqueólogos dispõem de uma certa autonomia, dada pela sua *expertise*, mas esta autonomia é parcial, restringida por forças com as quais todos temos de lidar.

Em nosso ponto de vista, o que podemos tentar é fazer com que nossa atitude, nossa postura e nosso discurso façam alguma diferença na postura dos empreendedores que nos contratam; pois os serviços que prestamos são prestados, na realidade, ao patrimônio arqueológico nacional; daí a necessidade de serem aprovados e fiscalizados pelo IPHAN.

Para fraseando Hodder na obra acima citada (que tratava de uma situação muito mais *sensível, delicada*, uma vez que lidava com forças políticas, na Turquia), às vezes a situação obriga a recusar certos projetos, mas, o mais das vezes, o compromisso e a colaboração são mais efetivos.

Acreditamos (e temos exemplos práticos dessa assertiva) que é possível influenciar algumas atitudes vigentes entre os empreendedores numa direção positiva em relação ao patrimônio arqueológico.

E é por essa enorme importância de seu objeto de trabalho, com todos os seus significados para a compreensão da singularidade da espécie humana, que os arqueólogos precisam incorporar à sua prática uma política de gestão de qualidade de seus serviços⁶, que inclua o respeito ao outro.

Estrutura e organização da Scientia para fazer face ao desafio de manter um controle de qualidade de seus serviços

Para King (2005, p. 102), um pesquisador de sucesso em gestão de recursos culturais (ou em arqueologia consultiva, que é o termo que optamos por utilizar) é o que evolui para uma pessoa de negócios, numa empresa de planejamento ambiental, ou que forma sua própria empresa, envolvendo-se com negociações, orçamentos, contabilidade, impostos.

Segundo Renfrew e Bahn (2005, p. 219), os arqueólogos profissionais que trabalham com interesses públicos, "*upholding*" a legislação que trata de preservação e de descobertas arqueológicas, atuando junto a projetos de construção que colocam

⁶ Optamos por utilizar, aqui, o termo "serviços", por este ser mais abrangente que a expressão "pesquisas", uma vez que, embora essas últimas sejam a base do serviço arqueológico, este não se restringe a elas, como mencionado neste texto.

remanescentes do passado em risco, estão trabalhando com arqueologia pública. Como a Arqueologia Pública, assim como a Gestão de Recursos Culturais, envolve uma gama grande de profissionais, trabalhando em museus, academias, órgãos governamentais, ONG's, empresas especializadas e autônomos, optamos, aqui, por tratar especificamente destes últimos profissionais, que atuam *full-time* em consultoria arqueológica.

Consideramos importante, no entanto, salientar as diferenças entre o arqueólogo que trabalha com consultoria enquanto autônomo e uma empresa de arqueologia consultiva. Anca (2001) define bem as diferenças:

✓ *O arqueólogo profissional é uma pessoa física individual, que utiliza seu conhecimento, experiência e seus recursos próprios.*

✓ *A empresa de arqueologia utiliza seus próprios recursos profissionais e materiais, além dos de outros profissionais, contratados para trabalhos específicos.*

Para fazer face aos desafios de montar uma organização sólida que permitisse fazer pesquisa arqueológica em grandes empreendimentos, junto a grandes clientes, com a necessária qualidade e os pré-requisitos exigidos (como normas de segurança ocupacional, profissionais com contratos assinados e os benefícios sociais previstos na Lei), a Scientia foi-se organizando ao longo dos anos.

O maior investimento da empresa foi em recursos humanos, em criação de uma estrutura administrativa eficiente e em estrutura física, sendo que hoje se encontra na situação apresentada nas figuras 1 a 3.

No que respeita ao corpo técnico, que é o que mais interessa aqui, o perfil e a distribuição geográfica dos recursos humanos fixos da Scientia pode ser observada nas figuras 4 e 5.

A figura 6 mostra a distribuição, por área de atuação, dos profissionais técnicos (fixos e autônomos) em exercício atualmente na Scientia.

Todos os funcionários da Scientia são incentivados a fazer cursos de aperfeiçoamento, especialização e pós-graduações *strictu senso* (Mestrado e Doutorado) em suas áreas específicas, sempre com apoio financeiro da empresa e usando material e dados por ela produzidos.

Os estagiários de nível médio são recrutados através de convênios com escolas públicas das proximidades das diversas unidades da Scientia. Os estagiários de nível superior ou são formalizados por convênios diretamente com as universidades onde estudam ou com o CIEE – Centro de Integração Escola empresa.

Há uma política de premiação dos melhores estagiários de nível médio. Em 2007, por exemplo, os dois melhores ganharam uma viagem e os custos de hospedagem e alimentação para participar do Congresso da SAB, em Florianópolis, onde expuseram um painel por eles mesmos montado, sobre suas atividades na Scientia, intitulado “Educação Patrimonial se faz em casa: Inclusão em Patrimônio Cultural para aprendizes” (figura 7).

A Scientia conta hoje com uma biblioteca com cerca de 9.000 títulos (em português, francês, espanhol e inglês), todos voltados às suas áreas de atuação, que podem ser consultados por seus funcionários. A biblioteca é gerida por bibliotecário formado, com o apoio de um auxiliar técnico.

As unidades descentralizadas da Scientia buscam aproveitar recursos humanos de qualidade existentes nas regiões onde estão sediadas e estabelecer parcerias com instituições regionais (que lhe fornecem o apoio institucional requerido pelo IPHAN e participam das atividades realizadas, sejam de pesquisa, sejam educativas).

Toda essa organização e investimento se fizeram necessários para atendimento ágil e competente aos grandes clientes, que são os responsáveis pelos grandes empreendimentos,

com demandas políticas, técnicas, administrativas, logísticas e de segurança complexas, sempre em conformidade com as exigências de qualidade do IPHAN e procurando, sempre que possível, aprimorar a qualidade de seus serviços e produtos.

Perspectivas para um controle de qualidade na arqueologia consultiva

Em primeiro lugar, temos que considerar o fato de a arqueologia ser uma disciplina acadêmica, que persegue o objetivo de obter os melhores resultados na produção de conhecimento sobre o passado. Esta é a perspectiva dominante entre os arqueólogos e, ao menos em teoria, dos políticos e administradores que fazem as regras. A questão está em como atingir este objetivo.

O conceito de qualidade surgiu com a arqueologia comercial. A razão disto está no fato de que trabalho comercial depende dos princípios do mercado para operar, embora de uma maneira limitada, pois os compradores não têm controle exclusivo sobre o produto que adquirem.

O “mercado arqueológico” é uma criação artificial porque existe apenas porque o Estado quer informação arqueológica e cria uma legislação que os empreendedores precisam atender para obter licença para realização de um projeto. O comprador não tem interesse inerente no produto adquirido, ainda mais porque ele tem de ser entregue ao Estado. Por isso, não há interesse implícito na qualidade do produto. Quanto mais barato, melhor.

É por isso que o Estado (cujo órgão mais importante, no caso da arqueologia, é o IPHAN) precisa providenciar mecanismos regulatórios que contrabalancem os efeitos indesejáveis do mercado.

Aqui, entram os conceitos de *controle de qualidade* e de *garantia de qualidade*, que devem ser perseguidos pelos que trabalham com arqueologia consultiva e deles exigido por seus contratantes e pelo IPHAN:

- Controle de qualidade – conjunto de procedimentos para que um serviço atinja critérios de qualidade, estabelecidos por um cliente e/ou pelo órgão estatal de fiscalização e/ou pelo próprio prestador de serviços.
- Garantia de qualidade – conjunto de procedimentos que asseguram que um serviço, depois de encerrado, atingiu metas específicas de qualidade.

Portanto, os critérios de gestão de qualidade chegam muito perto da perspectiva de qualidade científica da academia, que avalia os objetivos, os métodos e os resultados alcançados pela pesquisa arqueológica.

Dado seu caráter de uma disciplina pública e uma vez que a arqueologia consultiva se fundamenta na legislação vigente, deduz-se que sua contribuição deve ser direcionada aos interesses da sociedade.

Por isso, a importância dada pelo IPHAN à Educação Patrimonial, importância esta que deve ser estendida, com o mesmo peso, para a divulgação científica dos resultados das pesquisas, em termos compreensíveis para o público leigo e em termos técnicos, para a comunidade científica.

Uma atitude positiva, em tempos em que os certificados de qualidade alavancam as relações de mercado, é a emissão desses certificados não só pelos contratantes, como pelo órgão de proteção ao patrimônio arqueológico nacional. Algumas empresas (como, por exemplo, a Petrobrás) sempre emite atestados de qualidade para os seus contratados. O IPHAN emite pareceres sobre os projetos que obtiveram permissão/autorização de pesquisa. Mas, não seria o momento de pensar em criar certificados de qualidade para empresas, pesquisadores e universidades que se destacassem

pela qualidade de seus serviços em prol do patrimônio arqueológico brasileiro.

Figuras

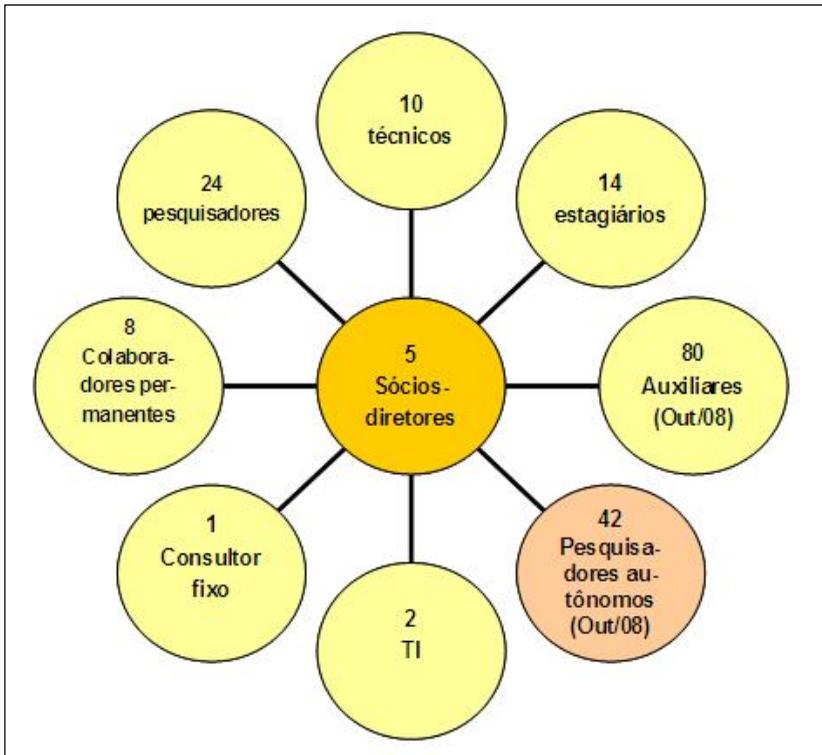


Figura 01 – Corpo técnico em atividade na Scientia em outubro/2008.

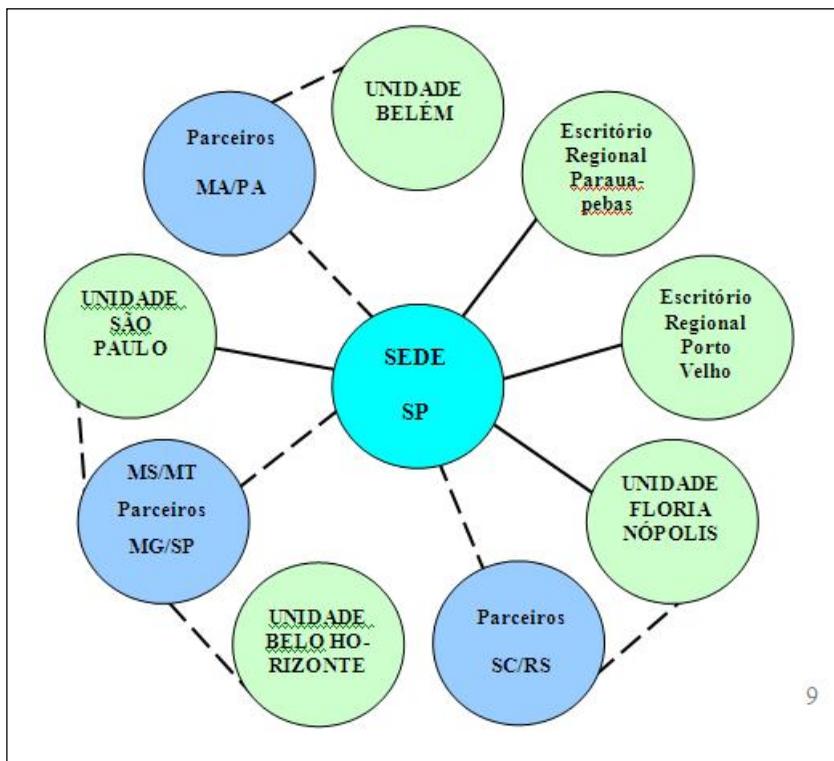


Figura 02 – Estrutura física com que a Scientia conta para suas atividades de pesquisa arqueológica (situação em outubro/2008).

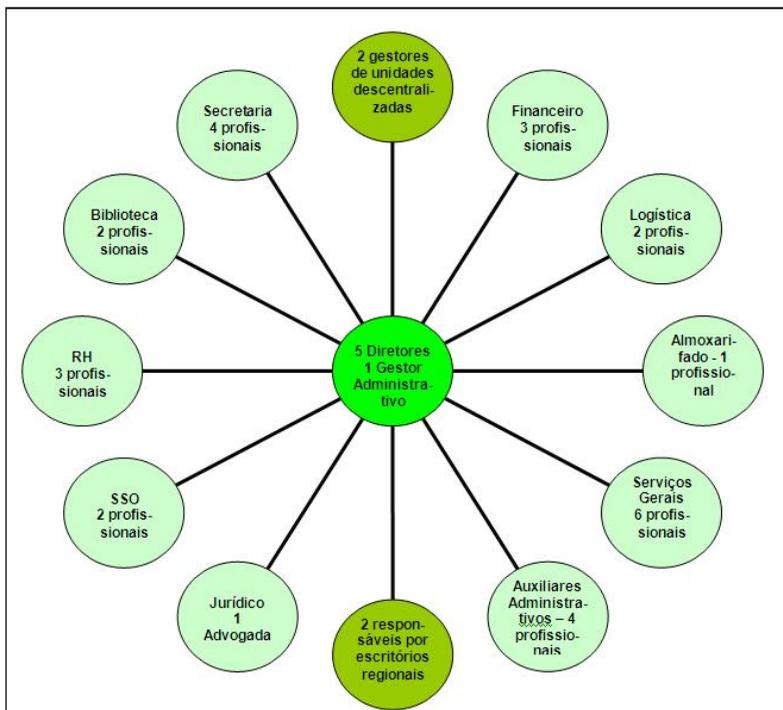


Figura 03 – Corpo administrativo em atividade na Scientia em outubro/2008.

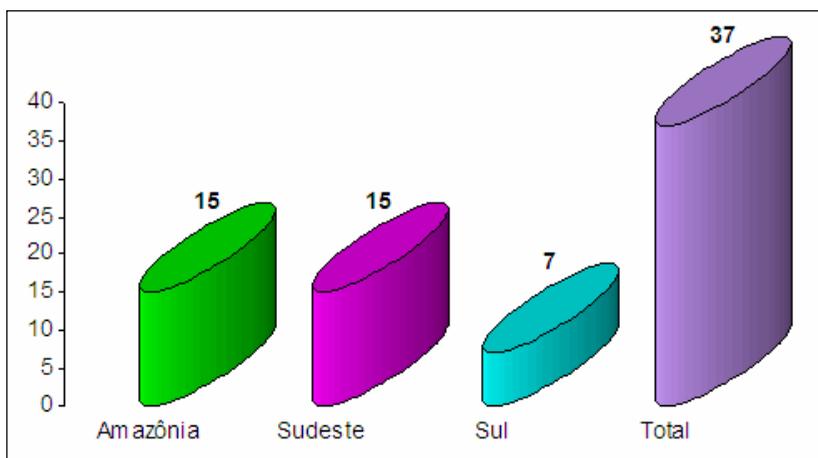


Figura 04 – Distribuição dos pesquisadores fixos da Scientia, por região (situação em outubro/2008).

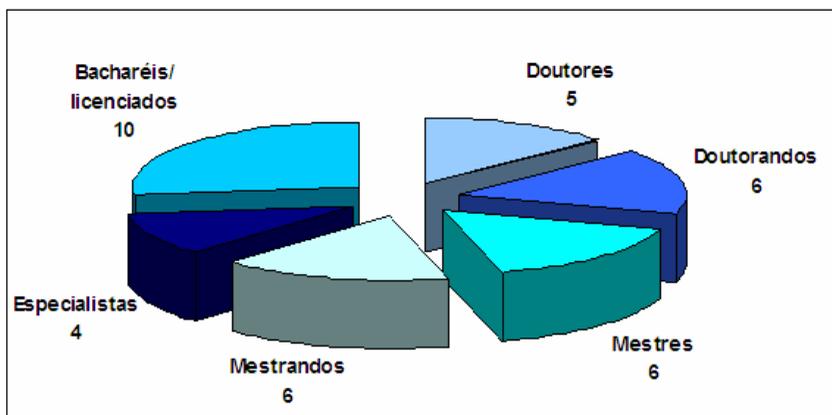


Figura 05 – Qualificação dos pesquisadores fixos da Scientia (situação em outubro/2008).

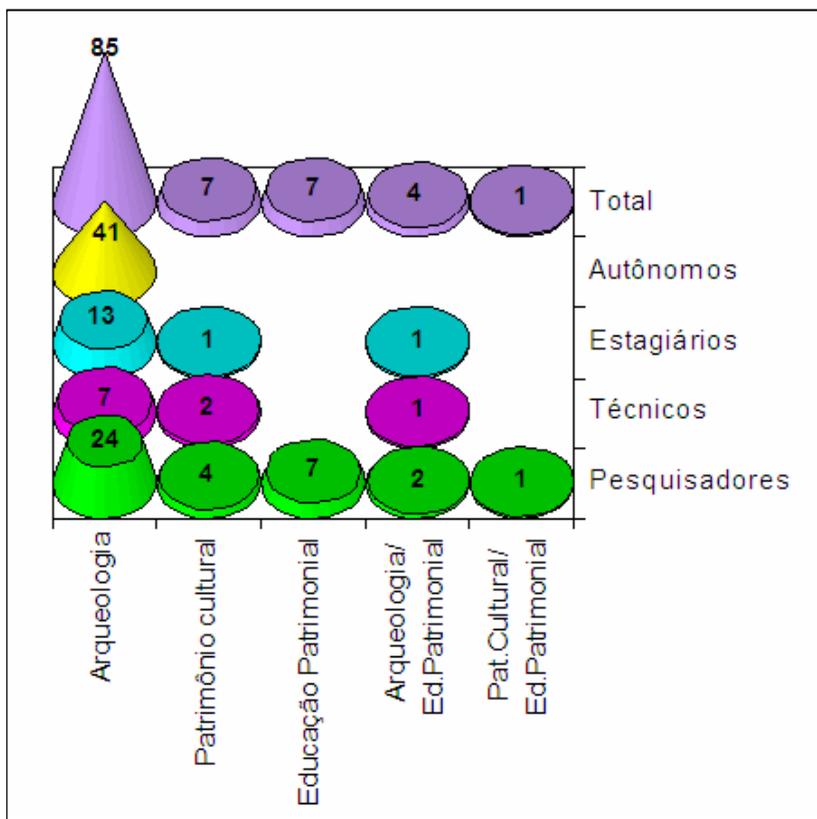


Figura 06 – Distribuição, por área de atuação, do corpo técnico ativo na Scientia (situação em outubro/2008).



Figura 07 – Depoimento final de Larissa Ferreira e Rafael Machado, estagiários de nível médio da Scientia, em *power-point* por eles montado, para compartilhar com os demais colegas de estágio, a experiência da viagem a Florianópolis, para participar do Congresso da SAB e conhecer os aspectos culturais e naturais da cidade.

Bibliografia

- ANCA, Javier Luaces. La arqueología desde el sector privado: actividad profesional o empresarial. *Resumen de los cursos de postgrado impartidos en la Universidad de Santiago en los años 1998 y 2000*. Disponível em <http://personal.telefonica.terra.es/web/luacesytoscano/DATOS/postgrado.htm>; acesso em junho/2008.
- CAA CONFERENCE. *Concluding Comments Compiled from the Plenary Participants. Canadian Archeological Association Conference*. Victoria, 1998. Disponível em www.canadianarchaeology.com/; acesso em outubro/2008.
- CALDARELLI, S. B. e M. C. M. M. SANTOS. Arqueologia de Contrato no Brasil. *Revista USP*. 44, 2000. pp. 52-73.
- CHILDS, T. S. Commentary. In: The SAA Archaeological Record. *Special Section: a model applied archaeology curriculum*. SAA, 9 (1), 2009. pp. 37-40.
- DARVILL, T. Preparing archaeologists for management. In: COOPER, M. A. et al. (eds.). *Managing Archaeology*. London-New York: Routledge, 1995. pp. 175-188.
- DOELLE, W. D. Commentary – Will this degree get me a job with your firm.: In: The SAA Archaeological Record. *Special Section: a model applied archaeology curriculum*. SAA, 9 (1), 2009. pp. 29-30.
- FERRIS, Neal. Current Issues in the Governance of Archaeology in Canada. Trabalho apresentado em *Canadian Archeological Association Conference*. Victoria, 1998. Disponível em www.canadianarchaeology.com/; acesso em outubro/2008.
- FERRIS, Neal. When the air thins: the rapid rise of the archaeological consulting industry in Ontário. *Revista de Arqueologia American*. 21, 2002. pp. 53-88.

- GUMERMAN IV, G. e F. E. SMILEY. Commentary. In: The SAA Archaeological Record. *Special Section: a model applied archaeology curriculum*. SAA, 9 (1), 2009. pp. 24-26.
- HODDER, Ian. Archaeological Practice as Intellectual Activity. In: *Archaeology beyond Dialogue*. Salt Lake City: The University of Utah Press, 2003. pp. 49-51.
- KING, T. F. *Thinking about Cultural Resource Management: essays from the edge*. Walnut Creek: Altamira Press, 2002.
- KING, T. F. *Doing Archaeology: A Cultural Resource Management Perspective*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2005.
- PRICE, T. D. e G. M. FEINMAN. The Archaeology of the Future. In: PRICE, T. D. e G. M. FEINMAN (eds.). *Archaeology at the Millenium: a sourcebook*. New York: Springer, 2007. pp. 475-495.
- RESNICK, B., J. BERKIN e P. TROCKI. Commentary. In: The SAA Archaeological Record. *Special Section: a model applied archaeology curriculum*. SAA, 9 (1), 2009. pp. 31-33.
- SANDWEISS, D. e S. DELCOURT. Commentary. In: The SAA Archaeological Record. *Special Section: a model applied archaeology curriculum*. SAA, 9 (1), 2009. pp. 27-28.
- SHANKS, M. Public Archaeology/Museology/Conservation/Heritage. In: RENFREW, C. e P. BAHN (eds.). *Archaeology: the key concepts*. New York: Routledge, 2005. pp. 219-224.
- SNOW, D. R. Commentary. In: The SAA Archaeological Record. *Special Section: a model applied archaeology curriculum*. SAA, 9 (1), 2009. pp. 23-24.
- STARK, M. T. Where the Money Goes: Current Trends in Archaeological Funding. In: WANDSNIDER, L. (ed.). *Quandaries and Quests: Visions of Archaeology's Future*. Carbondale: Center for Archaeological Investigations, Southern Illinois University, 1992. pp. 41-58.
- WILLEMS, Willem J. H. e DRIES, Monique H. van den (ed.). *Quality Management in Archaeology*. Oxford: Oxford Books, 2007.

WILLIAMSON, R. F. Trends and Issues in Consulting Archaeology. Trabalho apresentado em *Canadian Archeological Association Conference*. Victoria, 1998. Disponível em www.canadianarchaeology.com/; acesso em outubro/2008.

Recebido em: 25/02/2008

Aprovado em: 20/08/2008

Publicado em: 03/10/2008